

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA FINAL DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

No dia dezoito do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no plenário da Câmara Municipal de Vereadores, foi realizada a Audiência Pública de Mobilidade Urbana, por intermédio de convite de audiência pública no Diário Oficial do Município, Edição Nº 2076463, do dia três de julho de dois mil e dezenove, veiculado eletronicamente no endereço do virtual, www.diariomunicipal.sc.gov.br. A vigente ata destaca os principais pontos apresentados na audiência pública, a qual reuniu a prefeita municipal, Sra. Claudete Gheller Mathias, o vice-prefeito, Sr. Júlio Santos, representantes do Poder Legislativo, a Equipe Técnica do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA e membros da sociedade fraiburguense, para participação no processo do plano de mobilidade urbana de Fraiburgo. A audiência pública foi aberta pelo mestre de cerimônia, saudando a presença de todos, explicou sobre os assuntos que seriam abordados, posteriormente convidando a prefeita municipal, Sra. Claudete Gheller Mathias, para realizar a abertura da audiência pública de mobilidade urbana. A Sra. Claudete cumprimentou todos os presentes e afirmou estar orgulhosa com a elaboração do primeiro plano de mobilidade urbana para Fraiburgo em parceria com a equipe do CIMCATARINA. Ressaltou ainda, a importância da participação popular neste processo. Em seguida, solicitou licença para se ausentar da audiência pública para cumprir agenda de compromissos em outro município, e declarou aberta a audiência pública do plano de mobilidade urbana de Fraiburgo. Após, o mestre de cerimônia passou a palavra ao diretor jurídico do CIMCATARINA, Sr. Luís Felipe Braga Kronbauer, o qual utilizando a palavra agradeceu a presença de todos os presentes, destacando a importância da participação popular no desenvolvimento do processo. Elucidou a forma como ocorreria a apresentação do Plano de Mobilidade Urbana bem como a forma que a população presente poderia participar com colocações e perguntas. Em seguida o mestre de cerimônia passou a palavra para a Engenheira Civil do CIMCATARINA, Srta. Mayara Zago que iniciou sua fala cumprimentando a todos e explanou o objetivo da audiência pública que era apresentar as recomendações elaboradas para melhorias da mobilidade urbana através das contribuições populares e também do planejamento estratégico do município. Após deu início a apresentação do material desenvolvido referente ao plano de mobilidade urbana, esclarecendo os objetivos que buscam promover a qualificação do transporte sustentável, o desenvolvimento urbano compacto, a distribuição equitativa das oportunidades urbanas promovendo o desestímulo à utilização de veículos individuais motorizados. Posteriormente explanou as soluções viáveis para o desenvolvimento orientado ao transporte sustentável e para a formação mais humanizada das cidades, bem como os princípios e conceitos que devem ser empregados. Em seguida apresentou as etapas de elaboração do plano de mobilidade urbana, que se iniciou com audiência pública para apresentação da metodologia de elaboração do plano, seguidos por coleta de dados, planejamento participativo, diagnóstico, primeira análise do município, elaboração do prognóstico, segunda análise do município, audiência pública, etapa atual a qual está sendo descrita nesta ata, sendo que posteriormente haverá mais duas etapas, sendo a revisão final e a aprovação da câmara de vereadores. Posteriormente a Srta. Mayara elucidou com mais detalhes como ocorreu as etapas anteriores de coleta de dados e participação popular, mostrando o número de participantes presenciais e participantes online, seguindo com a explanação do diagnóstico e prognóstico compilado através da leitura técnica e leitura comunitária, o qual foi subdividido para melhor entendimento por eixos de transportes: circulação a pé, bicicleta, transporte público coletivo e circulação viária. Apresentou o diagnóstico baseado na leitura técnica e nas solicitações da comunidade e igualmente apresentou prognósticos com as devidas instruções, para todos os eixos de transporte. Após passou a palavra para o Diretor de Gestão de

Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, Sr. Gustavo Marcondes, cumprimentou a todos, e explicou que conforme o cronograma aconteceria uma pausa de 5 (cinco) minutos para o preenchimento das fichas de inscrição e elaboração de perguntas que poderia ser de forma escrita que posterior seria lido ou poderia ser de forma oral. Antes da abertura para perguntas a srta. Mayara apresentou brevemente a proposta de requalificação de vias, com conceito de ruas completas e a proposta de requalificação sugerida para a rua Nereu Ramos e rua Padre Biagio Simonetti, sendo que a requalificação da Nereu Ramos já havia sido apresentada para os proprietários e comerciantes da seguinte via. Após o Sr. Gustavo, explicou a função de uma entidade intermunicipal multifinalitária, ressaltando a importância das palestras técnicas e das reuniões comunitárias, e explanou sobre a estruturação da equipe técnica e das comissões municipais, aproveitou o momento e falou que juntamente com o plano de mobilidade a esta sendo executado o projeto de padronização de calçadas, mostrando aos presentes o modelo que está sendo elaborado pelos profissionais da prefeitura referente a cartilha de passeio. Logo após, foi aberto espaço para as contribuições e convidou a Diretora de Gestão de Desenvolvimento do CIMCATARINA, Srta. Stella Stefanie Silveira juntamente com a Srta. Mayara e o Sr. Luis Felipe para subirem até o púlpito para responder as perguntas da população. O Sr. Daniel Dresch, morador na Rua Nereu Ramos a 53 anos, solicitou aos presentes que levantasse a mão quem não fazia parte do poder público, da câmara de vereadores e do CIMCATARINA, indagando quanto a divulgação da audiência pública, para que a população tivesse maior conhecimento e pudesse participar, após perguntou se o plano de mobilidade urbana foi contemplado estacionamento com horário limitado para os carros. O Sr. Luis Felipe esclareceu que foi divulgado, e convidada a população, mencionou o número de participantes nas conferências públicas e participações online, sendo que foi atingindo uma quantidade significativa de participações da população, mas infelizmente essa não participa presencialmente tão ativamente. Em seguida a Srta. Mayara respondeu de forma técnica que foi feita análise para instalação do estacionamento rotativo, mas este não é o objetivo do plano de mobilidade, pois fornecendo infraestrutura consequentemente haverá o desestímulo da ocupação de veículo individual motorizado. Para completar a Srta. Stella informou que a implantação dos modais serão incluídos de forma gradativa para que não ocorra choque cultural. Em seguida, o Sr. Aldair Antônio Moraes indagou de não ter sido debatido como ocorrerá a interligação dos bairros São José, Santo Antônio e Nações para o Centro, pois tem a rodovia estadual passando pelo município, e não foi previsto no plano uma solução. Outro ponto indagado pelo Sr. Aldair foi o que será feito com o terminal urbano. A Srta. Mayara esclareceu que dentro do prognóstico há incentivo da criação do contorno viário para solucionar o problema da rodovia estadual, enfatizando que a apresentação é de um plano e não um projeto, e que primeiramente sugere-se a melhora de sinalização e pavimentação para que o estudo do contorno viário seja implantado. Referente ao terminal urbano a Srta. Mayara esclareceu que acontece da mesma forma, há recomendações no plano de mobilidade urbana, mas o projeto e execução são de parte do município, para o terminal existente sugere-se a reforma deixando usual, e que posteriormente a prefeitura faça uma análise para a implementação de um novo terminal urbano no município. Logo após, o Sr. Marcos Balestrin cumprimentou os presentes, questionou sobre os custos para implementação da mobilidade urbana sugerida, se foi pensado apenas nos ideais ou na estrutura existente do município e se será obrigatória após aprovação da câmara de vereadores a execução do plano. A srta. Mayara explicou que antes da elaboração do prognóstico foi realizado uma leitura técnica e comunitária, sendo levantado a infraestrutura e situação viária existentes no município, após foi elaborado a proposta que poderá ser executada pelo município. Referente aos custos, frisou que neste momento é apenas um plano e não um projeto executivo, o qual cabe ao município fazer o projeto executivo, levantamento de custos e execução do projeto. O Sr. Luis Felipe explanou que o

plano apenas prevê metas, estabelecendo ao município formas de execução, mas cabe ao município o cumprimento das mesmas. A palavra foi passada para o vereador Sr. Oracir Ferreira de Deus, o qual fez seu questionamento referente a quantidade de vagas de estacionamento aos idosos e pessoas com mobilidade reduzida dispostas erroneamente nas edificações do município, onde a quantidade de vagas de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida é maior que a de idosos. A Srta. Mayara aclarou que as vagas de estacionamento em edificações são vistas na revisão do plano diretor, e que no momento em que foi citado a quantidade de 2% para vagas de estacionamento para pessoa com mobilidade reduzida e 5% para vagas de estacionamento para idosos é destinado para as vias públicas. Após o vereador Sr. Marcos Adriano Raldi Palaoro retornou ao assunto da problemática de vagas de estacionamento, salientando que o pedido da população aos vereadores, era qual a forma mais viável para solucionar as vagas de estacionamento, a implementação de horários de restrição de estacionamento em determinados locais ou o estacionamento rotativo pago. Segunda pergunta foi se haveria possibilidade de inserir uma taxa no IPTU para melhoramento dos passeios públicos por conta do município. Terceira e última pergunta do vereador, foi como ficaria a situação de carga e descarga para o comércio da Rua Nereu Ramos e Rua Padre Biagio Simonetti. O Sr. Luis Felipe tomou a palavra e esclareceu que o passeio público é de responsabilidade do proprietário do imóvel e o município forneceria a forma correta de execução para padronização dos passeios. Após passou a palavra para a Srta. Mayara, a qual respondeu que foi feito um estudo analisando as vias do município, e constatou-se que quem faz a utilização das vagas são os proprietários e funcionários dos comércios e com o plano de mobilidade o objetivo é fomentar os usuários a utilização de outros modais de transporte. A Srta. Stella complementou que a proposta da Rua Nereu Ramos teria que ser retirada as vagas em 45°, mas seriam realocadas na rua paralela fomentando a circulação a pé. A Srta. Mayara informou que no anteprojeto na Rua Nereu Ramos há previsão de uma vaga de carga e descarga na via. O secretário da Fazenda Sr. João Carlos Padilha fez uso da palavra em nome do município, exemplificando as diferenças entre o plano de mobilidade e o plano diretor. Acrescentou dizendo que o estacionamento rotativo não faz parte do estudo do plano de mobilidade, mas que nada impede que o órgão responsável pelo trânsito do município, faça um estudo para a implementação do mesmo. Em relação da rodovia estadual SC-355 que passa por meio do perímetro urbano já houve iniciativas do governo do estado para revitalização e que caso haja a possível municipalização deste trajeto o estado subsidiaria a revitalização para que não seja inviável ao município. Informou também que o órgão municipal já está trabalhando em cima da possível realocação ou reforma do terminal urbano. Referente aos custos o departamento responsável do município estimou os custos para a requalificação da Rua Nereu Ramos, mas para que tenha um valor exato o município necessita da criação do projeto executivo. Foi indagado por um munícipe da plateia se realmente foi estudado o que a estrutura do município comporta ou o ideal, pois afirmou que o ideal custará caro. O secretário Sr. João explanou que se deve pensar em um projeto audacioso para que o município se torne referência. Citou que as vagas de estacionamento de idosos e de pessoas com mobilidade reduzida, o setor responsável da prefeitura já está cobrando das novas edificações o percentual mínimo de vagas. Em seguida o Sr. Gustavo começou a leitura das perguntas das fichas de inscrição, tendo como primeira pergunta da Sra. Edenilza que perguntou sobre os prazos e prioridades para implementação das vagas de estacionamento, pois há casos urgentes para que seja resolvido. A Srta. Mayara explicou que as prioridades já foram pensadas conforme apresentado anteriormente nos slides e os prazos para execução serão definidos pelo município. Com a palavra o Sr. Daniel Soltoski morador na Rua Nereu Ramos, fez uma colocação que os funcionários dos comércios devem receber um incentivo dos empregadores para que não deixem seus carros estacionados na frente do comércio, e que o processo deve começar mas que deverá ser

implementado o estacionamento rotativo para que funcione todo esse processo. O Sr. Luis Felipe deu exemplo de outros municípios que já foi implantado o estacionamento rotativo pago, que inibe o estacionamento através da cobrança, mas no momento o plano de mobilidade fomenta a incentivação da população do uso dos demais modais de transporte. A Srta. Mayara fez sua colocação, dizendo que a proposta de requalificação urbana estaria oferecendo uma infraestrutura adequada, e as pessoas se sentiriam estimuladas para estacionar seus veículos mais longe e fazendo o trajeto a pé, fomentando o comércio local, pois terá uma visibilidade das fachadas do comércio. Por fim, o Sr. Luis Felipe agradeceu a todos os presentes dando fim a audiência que tratava do Plano de Mobilidade Urbana, somente solicitando que os presentes se mantivessem no recinto para que o município fizesse o uso da palavra. O mestre de cerimônia passou a palavra para o secretário da Fazenda Sr. João Carlos Padilha. O secretário Sr. João trouxe para apreciação e votação da comunidade a proposta de alterar o zoneamento da Rua Equador no bairro Jardim América, o qual hoje pertence a Zona de Interesse Residencial para que seja alterado para Zona Comercial de Bairro, devido ao município ter recebido solicitações de implantação de empresas no local. O vereador Marcos solicitou qual era a intenção do bairro, sendo respondido pelo secretário que a Prefeitura poderia a qualquer momento estar presente no bairro também, ou tirar qualquer dúvida que houvesse, não havendo recusa dos presentes quanto a alteração, entendeu-se esses de acordo. Por fim, o mestre de cerimônia agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a audiência pública. Foi determinado a mim, Gesiane Heusser Lermen, que lavrasse a presente ata e procedesse a sua publicação, no site oficial do Planejamento Urbano do Município de Fraiburgo, a fim de surtir os seus efeitos legais e jurídicos. A presente ata segue assinada por mim, Arquiteta Urbanista, Gesiane Heusser Lermen, pela Engenheira Civil, Mayara Zago, pela Diretora de Gestão de Desenvolvimento Regional, Sra. Stella Stefanie Silveira, pelo Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional, Sr. Gustavo Marcondes e pelo Secretário da Fazenda, Sr. João Carlos Padilha, como sinal de sua aprovação. Fraiburgo, dezoito de julho de dois mil e dezenove.